



ESQUERDAS, PT, DILMA E PROJETO DE REFORMAS

Wladimir Pomar*

É recorrente em diversos setores, tanto da esquerda quanto da direita ideológica e política, embora por motivos diferentes, a suposição de que o projeto de governo hegemônico pelo PT teria se esgotado. Essa suposição sofre, porém, de falta de visão histórica.

Na prática, entre 1998 e 2002, o PT foi apanhado de surpresa pela incapacidade da burguesia articular qualquer tipo de projeto para sair da crise em que as políticas neoliberais haviam afundado o país. O PT custou a acreditar que a burguesia estava dividida. E, mais ainda, que uma grande parte dela tendia a entregar-lhe a missão de retirar o Brasil do buraco que sua subserviência ao Consenso de Washington havia cavado.

Quando se deu conta da divisão da classe dominante, a maioria do partido viu na aliança com uma parte dela a única possibilidade de vitória de uma nova candidatura Lula. Com certa razão, não cifrava a expectativa de vitória numa situação de longo descenso da luta de classes e da mobilização social. Além disso, não conseguiu avaliar a profundidade da crise do projeto neoliberal e da divisão na burguesia. Não possuía qualquer projeto que pudesse articular seu programa democrático-popular a essa inusitada circunstância conjuntural. Nem examinou a possibilidade de ir bem além das poucas exigências expressas em sua famosa Carta aos Brasileiros, centradas na implantação de programas mitigadores da pobreza e da miséria.

Portanto, a rigor, o PT não elaborou um projeto que tirasse o Brasil da crise e, ao mesmo tempo, avançasse em reformas estruturais. Não reformas estruturais socialistas ou democrático-populares. Mas até mesmo reformas que, no mínimo e na pior das hipóteses, democratizassem o capitalismo brasileiro, um capitalismo dependente, altamente monopolizado, e subordinado ao capital internacional.

Apesar disso, não se pode negar que o governo Lula procurou aproveitar-se da defensiva burguesa diante do quadro de miséria e pobreza herdado dos períodos ditatorial, da nova república e do neoliberalismo. Bafejado por um quadro internacional favorável, conseguiu flanquear as políticas neoliberais de juros altos, metas de inflação e câmbio valorizado. Implantou programas de redistribuição de renda, elevou o salário-mínimo, sustou as privatizações das empresas estatais, e iniciou um processo de

* Escritor e analista político.

crescimento econômico e geração de empregos, tendo por base a elevação do poder de compra e do consumo. Além disso, negou-se a criminalizar os movimentos sociais e estimulou as conferências democráticas na expectativa de formatar um programa de governo mais consistente.

É verdade que muita gente, de dentro e de fora do PT, acreditou que tais políticas conformavam o “projeto de governo” do partido, por se identificarem com o social desenvolvimentismo. Não teve em consideração que aquelas políticas tinham limites muito próximos, relacionados com a necessidade de elevar a oferta de bens de consumo corrente, a exemplo dos alimentos e dos bens não-duráveis, acima do crescimento da demanda. O que, por sua vez, dependia da burguesia ou do Estado investir nessa produção, algo que o social desenvolvimentismo supunha ocorrer naturalmente.

Na prática, a burguesia extraía mais lucros investindo no sistema financeiro e não na produção. E o governo não direcionou investimentos do Estado para aumentar a oferta capaz de atender ao crescimento do poder de compra da população pobre. Resultado: a inflação continuou pressionando a política, principalmente através da elevação dos preços do tomate e de outros alimentos. Para piorar, o governo hegemônico pelo PT não avaliou em toda a sua extensão o grau de devastação industrial promovido pelo neoliberalismo de FHC. Contentou-se com a elevação genérica das taxas de emprego, principalmente nos serviços, deixando que a inércia desindustrializante continuasse seu processo corrosivo.

Portanto, não foi capaz de estabelecer uma política governamental de adensamento das cadeias produtivas industriais, a única forma de sustentar um crescimento econômico firme. E se mexeu muito pouco para discutir com a população a necessidade da reforma política. Pior: deixou-se enredar pelo sistema de caixa-2. Foi colocado contra as cordas na crise de 2005, e não reagiu, mesmo após a vitória eleitoral de 2006, para barrar a participação do poder econômico no sistema eleitoral.

É verdade que, apesar da evidente ausência de um projeto articulado nos terrenos econômico, político e social, a política de crescimento com redistribuição de renda, tendo ainda incidência sobre a educação e a saúde, permitiu ao PT eleger Dilma em 2010. Porém, o quadro internacional já era outro. Havia se deteriorado. A crise do capitalismo norte-americano se estendera para a zona europeia do euro. E suas marolas bateram pesado nas praias de nosso crescimento baseado no consumo e nas exportações de commodities.

As lacunas do projeto que não existia se tornaram visíveis. Mesmo assim, o governo Dilma procurou implantar políticas que reduzissem os juros, desvalorizassem o câmbio, elevassem os investimentos produtivos e aumentassem a participação do Estado no processo econômico. Mas o governo e o PT acharam que bastavam seus gestos para mobilizar apoios sociais, o que não ocorreu. Ao contrário, enquanto as grandes massas da população não sabiam direito o que estava acontecendo, a burguesia como um todo, incluindo seus representantes que faziam parte da coalizão de governo, reagiram violentamente.

A maior parte da burguesia brasileira, associada ou subordinada aos capitais estrangeiros, não pretende qualquer projeto de desenvolvimento, mesmo capitalista, que escape da velha sina dos desenvolvimentismos tradicionais de lucros administrados e

lucros rentistas. Praticamente desde seu início, o governo Dilma se tornou alvo de fogo intenso da oposição de direita, tanto raivosa quanto neoliberal e liberal, e de grande parte de seus aliados na coalizão de governo.

Quando a luta de classes das novas gerações trabalhadoras e da pequena-burguesia emergiu fortemente em junho de 2013, as respostas do governo Dilma às manifestações populares foram positivas. Elas reiteraram o compromisso com as reformas política, tributária, da comunicação, agrária, e urbana. Apoiaram as jornadas de 40 horas semanais e o fortalecimento dos conselhos populares. Porém, na ausência de uma comunicação eficaz, tiveram pouca ressonância nas grandes massas da população. Por outro lado, causaram uma rebelião, tanto da direita oposicionista quanto da direita incrustada no governo.

Na prática, as manifestações populares e as respostas do governo hegemonizado pelo PT colocaram na ordem do dia, como em 1964 e em 1989, a necessidade de reformas estruturais na sociedade brasileira. O que, também como em 1964 e 1989, está promovendo uma intensa reestruturação nas representações políticas das classes sociais e em seus programas de luta.

A direita raivosa, saudosa da ditadura militar, e a direita neoliberal, saudosa do período FHC, procuram desesperadamente aproveitar-se das dificuldades da conjuntura econômica para virar o jogo e impedir a vitória do PT e de Dilma nas eleições de outubro. A primeira já proclama a necessidade de um golpe “moralizador”, ao invés da via eleitoral. A segunda defende mudanças “para melhor”.

Ambas sabem que mudar “para melhor” faz parte do sentimento das grandes massas da população, e procuram aproveitar-se disso, embora não possam dizer que mudanças farão para chegar a tanto. Afinal, como representantes políticos, escrachados ou ocultos, da grande burguesia corporativa, têm como objetivo central retomar o caminho neoliberal de superávit primário elevado, juros altos, privatização dos ativos estatais, arrocho salarial, estagnação econômica e desemprego como instrumentos de combate à inflação. Apesar das vacilações e erros do PT e do governo Dilma, a burguesia corporativa não tem mais ilusões de que eles sigam o caminho da socialdemocracia europeia e se transformem em paladinos neoliberais. Farão de tudo para dar um basta à experiência petista.

Por outro lado, os rachas nas forças de sustentação do governo Dilma expressam situações contraditórias no interior das demais frações da burguesia, inclusive da pequena-burguesia, com expressões políticas de centro-direita, centro, e centro-esquerda. Uma parte desses setores, em especial os que querem continuar lucrando com as altas taxas de juros, bandearam-se para a oposição de direita e não se pejam em chamar o governo Dilma de “chavista”. Outra parte procura apresentar-se como terceira via, sem sequer ter claro o que isso significa. De qualquer modo, esses setores possuem diferentes graus de influência sobre as classes e camadas populares, disputando-as com o PT.

Assim, se o PT e o governo Dilma se contentarem com a mudança de humor diante das obras e da organização da Copa, e não explicitarem claramente suas próprias “mudanças para melhor”, correm o risco de sofrer o mesmo tipo de colapso da seleção de futebol. Para evitar isso será necessário explicitar sem rodeios a posição diante das

reformas reclamadas pelas ruas, mesmo que a maioria do Congresso e da mídia expresse sua oposição a elas.

A atual disputa terá que estar voltada não mais para o interior do Congresso e do governo, mas para as grandes massas que compõem os excluídos, a classe trabalhadora assalariada e parcelas significativas da pequena-burguesia, ou classe média como muitos gostam de chamar. Parece haver chegado aquele momento em que, para realmente realizar as mudanças estruturais demandadas, é necessário constituir uma grande força social e política com as classes populares e parte das camadas médias.

Ou seja, uma força social e política que esteja alerta para o significado do “melhor” prometido pelas direitas reacionária e neoliberal. E que esteja disposta a enfrentar ativamente a campanha de difamações contra os que lutam pelas reformas estruturais. Isto é, disposta a contrapor-se ao mesmo tipo de campanha que antecedeu tanto ao golpe de 1964 quanto ao estelionato eleitoral de 1989. Um golpe que levou o país a conviver ainda mais penosamente com a falta de liberdade. E um estelionato eleitoral que abriu as comportas para o neoliberalismo. Este devastou grande parte de nosso parque industrial, expropriou os instrumentos estatais de produção e orientação econômica, desnacionalizou a economia, destruiu a capacidade de planejamento e projeto do Estado, e levou o Brasil a ter um aumento exponencial da pobreza e da miséria.

Em outras palavras, para enfrentar a nova disposição das forças políticas o PT e Dilma precisam constituir uma força social e política capaz de deter e derrotar a ofensiva da direita. O que os obriga a apresentar um programa, ou um projeto, que contemple as reformas estruturais. Isto é, reformas destinadas a aumentar o papel e os investimentos do Estado na indústria e nos serviços públicos, aprofundar a participação democrática das classes populares nas decisões do Estado e dos governos, e democratizar a economia, desmantelando os monopólios e oligopólios.

Ou seja, reformas que, mesmo não superando o capitalismo, contribuam para o desenvolvimento das forças produtivas e para o aumento quantitativo e qualitativo da classe trabalhadora assalariada e de sua fração industrial na sociedade brasileira. Reformas que combinem a melhoria das condições de vida da maioria do povo com a constituição de uma grande classe trabalhadora (industrial, agrícola, comercial e de serviços). Portanto, uma força social capaz de se contrapor à burguesia como um todo, exercendo sobre ela a hegemonia política na sociedade e no Estado, e disputando com ela o poder sobre a economia.

É lógico que esse programa, e o arco de alianças políticas que pode e deve gerar, também abrem a possibilidade de contemplar setores da burguesia interessados na industrialização e no crescimento econômico do país, em contradição com a burguesia corporativa. Assim, embora as eleições de 2014 possam parecer menos polarizadas do que as de 2010, na verdade estarão em jogo forças e projetos muito mais antagônicos. Passou a ser a disputa explícita da regressão contra as reformas estruturais que contribuam para mudar a correlação de forças entre a burguesia e a classe dos trabalhadores assalariados a favor desta.

Tudo isso vai depender, em grande medida, das retificações estruturais que o próprio PT fizer em seu interior. Retificações que permitam à sua militância recuperar a

disposição de luta, a participação nas decisões partidárias, e os métodos de trabalho visceralmente opostos aos métodos clássicos e corruptos dos partidos burgueses. Retificações que levem a militância petista a combinar as formas de lutas antigas, como as realizadas pelos garis do Rio de Janeiro e pelos motoristas e cobradores de transportes coletivos de diversas cidades do país, com as formas de luta de grande parte das gerações jovens contemporâneas.

Ao contrário do Filipão e de um cara chamado Pangloss, o PT não pode dizer que está tudo bem, no melhor dos mundos. Nem que vai continuar do mesmo jeito. Muito mais do que no futebol, um colapso do PT na arena política não terá repercussões trágicas apenas sobre ele e seus militantes. Terá repercussões trágicas sobre toda a sociedade e sobre todo o povo brasileiro. Por isso, do PT se cobra, e se deve cobrar muito mais, pelos riscos atuais vividos pela sociedade brasileira, após 12 anos de governos federais supostamente hegemônicos por ele.

No entanto, aquela parte da esquerda que se opõe ao PT e quer vê-lo derrotado também deveria pensar com realismo nas consequências da derrota petista. Talvez não sejam tão trágicas quanto as decorrentes da luta entre socialdemocratas e comunistas alemães diante dos nazistas. Mas certamente causarão prejuízos a toda a esquerda.

02/08/2014